



Ata nº 6/2023 – Sessão Ordinária de catorze de dezembro de 2023

-----Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, no auditório da Casa da Cultura de Góis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

-----Pelas dezoito horas a senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, Presidente da Assembleia Municipal, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, tendo dado a palavra à senhora Primeira Secretária, Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, que procedeu à chamada: -----

-----**Presidente:** Maria Helena Antunes Barata Moniz (GCE “Independentes por Góis”);-----

-----**Primeira Secretária:** Aida de Jesus Garcia Martins Baeta (Partido Socialista);-----

-----**Segunda Secretária:** Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões (GCE “Independentes por Góis”) .-----

-----**Partido Social Democrata:** -----

-----Nuno Miguel Almeida Alves Baeta; -----

-----Filomena Maria de Matos Geraldès;-----

-----José Ricardo Rosa de Carvalho;-----

-----Luís Virgílio de Abreu Afonso;-----

-----Dulce Maria Filipe Cruz;-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta;-----

-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches.-----

-----**Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes por Góis”:** -----

-----José Carlos Rodrigues Garcia;-----

-----Amílcar José Barata Aleixo; -----

-----Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão.-----

-----**Partido Socialista:** -----

-----Ricardo José Duarte Ventura;-----

-----Nuno Pedro Tavares Nascimento.-----

-----**Presidentes das Juntas de Freguesia:** -----

-----Alvares - Victor Manuel Fonseca Duarte (GCE “Independentes por Góis”); -----

-----Góis - Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira (Partido Social Democrata); -----

-----União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal - Carlos da Conceição Jesus (GCE “Independentes por

Góis"); -----

-----Vila Nova do Ceira - António Alberto Figueiredo Machado (Partido Social Democrata). -----

-----**FALTAS:** -----

-----Dos dezanove membros que compõem a Assembleia Municipal verificou-se a falta dos seguintes membros: -----

-----Nuno Miguel Almeida Alves Baeta (Partido Social Democrata);-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta (Partido Social Democrata).-----

-----**SUBSTITUIÇÕES:** -----

-----Foram substituídos os seguintes membros: -----

-----Nuno Miguel Almeida Alves Baeta foi substituído por Hernâni Pinheiro Parreira Alvarinhas Martins.-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta foi substituído por Maria do Rosário Ferreira Nogueira Rosa.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que todos os membros ausentes justificaram a sua falta, tendo a mesa aceitado e validado as justificações.-----

-----**Câmara Municipal:** -----

-----Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças: -----

-----Presidente da Câmara: António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----Vereadores:-----

-----Nuno Miguel Martins Bandeira; -----

-----José Alberto Domingos Rodrigues;-----

-----Graciano Antunes Rodrigues;-----

-----Bárbara Patrícia Correia Serra.-----

-----Havendo “quórum”, foi pela Segunda Secretária lida a Ordem do Dia, a saber:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Aprovação da Ata nº 4/2023;-----

-----2. Aprovação da Ata nº 5/2023; -----

-----3. Informação sobre o expediente da Assembleia Municipal;-----

-----4. Apreciação de assuntos de interesse para o Município.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

- 1. Discussão e Votação dos Documentos Previsionais/Ano 2024;-----
- 2. Discussão e Votação Do Mapa de Pessoal/Ano 2024;-----
- 3. Discussão e Votação da Fixação das Formas de Apoio às Freguesias do Concelho/Ano 2024/Proposta-----
- 4. Discussão e Votação do Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais - Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais - Atualização Ordinária do Valor das Taxas Municipais-----
- 5. Discussão e Votação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação - Tabela de Taxas de Urbanização e Edificação - Atualização Ordinária do Valor das Taxas Municipais-----
- 6. Discussão e Votação do Projeto de 2.ª Alteração do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes-----
- 7. Discussão e Votação da Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais no Âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) - Ano De 2024---
- 8. Conhecimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)/Autorização Prévia Genérica para a Assunção de Compromissos Plurianuais – Comunicação Periódica-----
- 9. Conhecimento Relatório Semestral Do Auditor Externo/Situação Económica e Financeira do Município-----
- 10. Conhecimento do Relatório da Atividade Económica e Financeira da Câmara Municipal-----

-----**PÚBLICO**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA Nº4/2023**-----

-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº4/2023.-----

-----Em conformidade com o nº3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os membros Nuno Pedro Tavares Nascimento; Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira; António Alberto Figueiredo Machado, Hernâni Miguel Nunes Gonçalves e Maria do Rosário Ferreira Nogueira Rosa, não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão a que a mesma respeita.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**2. APROVAÇÃO DA ATA Nº5/2023**-----

-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº5/2023.-----

-----Em conformidade com o nº3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os membros Victor Manuel Fonseca Duarte, Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira, Luís Virgílio de Abreu Afonso e Dulce Maria Filipe Cruz não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão a que a mesma respeita.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**3. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz informou que o expediente remetido à Assembleia Municipal que considera importante e relevante é encaminhado aos senhores líderes dos Grupos Municipais existindo outro que é também encaminhado para todos os membros da Assembleia Municipal.-----

-----Deu conhecimento da sua presença na reunião do Conselho Municipal de Segurança, realizada no pretérito dia 24.11.23, na qual o senhor Sargento Virgílio Santos, do Posto Territorial da GNR de Góis, deu conta dos números relativos à sinistralidade rodoviária, sendo estes semelhantes aos do passado ano. Relativamente à criminalidade referiu ter havido um ligeiro aumento de crimes em relação ao ano de 2022, tendo também havido um ligeiro aumento de ocorrências em relação à violência doméstica. Relativamente às detenções registou-se um decréscimo. Ainda na sua intervenção o senhor Sargento apresentou duas recomendações, uma relativa à preparação e planeamento da Concentração Mototurística do ano de 2024, porquanto no presente ano teve uma afluência significativa tendo o dispositivo de segurança trabalhado sobre pressão, não fugindo ao controlo das autoridades, pelo que para se evitar, novamente, esta situação recomendou que efetivamente esta iniciativa seja preparada com muito tempo de antecedência. A outra recomendação foi que a curva do Arrassaio, freguesia de Vila Nova do Ceira, necessita de proteção face ao deslizamento de pedras que esporadicamente caem para o eixo da via podendo daí ocorrer algum acidente rodoviário, tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal tomado nota das recomendações

e procedido às devidas explicações. Sobre os resultados da atividade municipal de proteção civil e de combate a incêndios referiu que o Técnico Marco Dias, do Serviço Municipal da Proteção Civil, deu conhecimento das ocorrências sendo que em relação ao ano passado em que se registou cerca de 0,80HA de área ardida, no presente ano apenas se registou 0,29HA. Relativamente à vespa velutina referiu que, conforme informação do técnico, houve um aumento significativo desta espécie em relação aos anos de 2020, 2021 e 2022, sendo uma situação que a todos nos deve preocupar tendo em conta os prejuízos que esta espécie faz na apicultura, sendo todas estas informações que foram abordadas na reunião do Conselho Municipal de Segurança. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**4. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar a palavra aos membros do órgão deliberativo, informando que o senhor Presidente da Câmara Municipal usará da palavra sempre que forem dirigidas questões ao exercício da Câmara Municipal.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, na última sessão ordinária da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que relativamente à Revisão ao PDM se iria realizar, na CCDRC, uma reunião de concertação. Referiu que na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal integrou a Comissão Consultiva acompanhando todo este processo entendendo que deve apresentar algumas questões pelo simples facto de se ter apercebido, em algumas reuniões, que haviam situações que o Município de Góis desejava resolver, as quais careciam de parecer favorável de entidades externas, pelo que questionou o senhor Presidente se efetivamente essas arestas foram limadas, bem como qual o resultado da reunião com a CCDRC. Uma outra questão é se o Município de Góis, em parceria com outras Entidades, apresentou candidatura à 9ª edição do Programa Escolhas. Referiu que o Programa Escolhas visa promover a inclusão e integração social, a igualdade de oportunidades na educação e no emprego, o desenvolvimento de competências, o pensamento crítico e criativo, a valorização do poder educativo das artes e do desporto, o combate à discriminação social, a participação cívica e o reforço da coesão social e destina-se a todas as crianças e jovens, particularmente as provenientes de contextos de maior vulnerabilidade socioeconómica. Referiu ser do seu conhecimento a existência de Municípios, da nossa região, que têm celebrado Contratos-Programa com a DGAL conseguindo dessa forma que os seus projetos sejam financeiramente comparticipados, os quais de outra maneira não poderiam ser enquadrados no âmbito do PT2030 e em outros programas financiados, pelo que questionou se também o Município

de Góis celebrou ou se é intenção celebrar algum Contrato-Programa uma vez que é uma mais valia a possibilidade de alguns projetos serem financiados.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à revisão ao PDM referiu que na reunião de concertação na CCDRC algumas das divergências existentes foram ultrapassadas, sendo que em outras houve uma posição de intransigência fruto daquele que é o histórico do nosso concelho e que algumas entidades não abdicaram. Porém, informou que, amanhã, irá realizar-se reunião extraordinária da Câmara Municipal integrando a ordem do dia o assunto “Início da Discussão Pública da 1ª Revisão do PDM de Góis”, sendo que após a sua aprovação o documento será colocado a discussão pública, num prazo de 30 dias. Referiu que é intenção da Câmara Municipal a apresentação pública do documento na sede das freguesias, para que todos os interessados possam ter conhecimento do documento e apresentar contributos. Relativamente ao Programa Escolhas referiu não ter sido elaborada candidatura à 9ª Geração do Programa, estando presentemente em fase de finalização o Programa CLDS 4G – Góis Solidário I+. Sobre este último referiu ter havido alteração à legislação pelo que se aguarda o que futuramente se possa vir a fazer neste âmbito em virtude de que estes programas têm por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ações a executar em parceria, para combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. Em relação ao Contratos-Programa com a DGAL referiu que a questão colocada é bastante vaga, informando que o Município de Góis irá celebrar Contratos-Programa com a CCDRC com financiamentos do O.E. para podermos usufruir de financiamentos para obras que desejamos realizar. Referiu ter assinado um destes o qual incide na Requalificação Urbana da Casa da Lavra e Parque de Estacionamento para que possamos ter financiamento, na ordem dos 60% do valor total da obra, pois de outra forma seria impossível executar os projetos e realizar os investimentos constantes nos Documentos Previsionais/Ano 2024. É um facto que estamos a acompanhar todas as possibilidades de financiamento sendo exemplo disso na área da habitação através do IHRU com as diversas modalidades de investimento na habitação que são possíveis face à legislação vigente. No que concerne aos Contratos-Programa com a DGAL referiu que tem sido prática no âmbito da transferência de competências apenas reportamos a despesa sendo que existem ajustes uma vez que foi sinalizado no âmbito das transferências de competências estando previsto que no O.E., do ano seguinte, as despesas sejam acauteladas em função daquela que é a realidade.-----

-----O senhor Hernâni Pinheiro Parreira Alvarinhas Martins endereçou as suas felicitações ao Grupo de Caçadores e Pescadores de Góis pelo sucesso que foi a Montaria, realizada na freguesia de Alvares,

iniciativa que juntou bastantes monteiros de todo o país, facto que é de enaltecer.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que na estrada do Vale do Ceira no sentido Sandinha-Cabreira, pode constatar-se que antes do primeiro barroco ali existente, a existência de um sobreiro seco, encostado à via, sendo visível a queda de pedaços de cortiça e pequenos ramos para a via, pelo que um dia destes poderá efetivamente ser a árvore a cair para a estrada. Referiu que, logo após este local, encontra-se uma barreira em avançado estado de degradação e que ameaça ruir a qualquer momento para a estrada municipal, sendo um perigo eminente. Esta situação é do conhecimento da Câmara Municipal, pelo facto de parte desta já ter ruído anteriormente, tendo a circulação nesta via sido interrompida por mais de uma semana. Neste sentido, sugeriu que no período de interrupção letiva do Natal, porquanto não existe a circulação de autocarros nesta via, sendo a circulação nesta menor, a Câmara Municipal possa proceder à intervenção necessária na referida barreira, por forma a evitar a ocorrência de algum acidente rodoviário. -----

-----O senhor Presidente agradeceu as referências apresentadas, sendo estas do conhecimento da Câmara Municipal, tratando-se a questão da barreira de uma situação mais complicada, porém oportunamente será intervencionada.-----

-----A senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta felicitou a FILVAR – Filarmónica Varzeense pela presença no X Desfile de Nacional de Bandas Filarmónicas, realizado no dia 01.12.23, em Lisboa, tendo o nosso concelho sido muito bem representado. Felicitou o atleta Goicense Diogo Ventura que se sagrou Campeão Nacional de sprint-enduro, tendo conquistado quatro títulos nacionais nesta modalidade. Em representação da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal, referiu ter estado presente na reunião do Conselho Municipal de Juventude fazendo referência ao que foi deliberado, ou seja, a realização, no próximo ano, do Encontro Nacional de Associações de Juventude dos Municípios atravessados pela Rota da EN2, sendo uma ideia bastante interessante que a concretizar-se será mais um evento de referência. Atendendo a que seria a primeira vez que iria estar presente numa reunião do Conselho Municipal de Juventude tomou o procedimento de consultar, na página do Município de Góis, o item do Conselho Municipal de Juventude, pelo que sugeriu que este deveria ser melhorado e mais apelativo, nomeadamente no que concerne à atualização das organizações que o compõe.-----

-----A senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões referiu que na estrada de Cortecega andam a realizar trabalhos de limpeza pelo que foi abordada por um proprietário de um dos terrenos, objeto de limpeza, pelo facto de a mesma estar a ser realizada com alguma irregularidade naqueles

que são os metros legais, ou seja, na parte debaixo são limpos os 10 metros e na parte de cima apenas 2 metros, não entendendo a metodologia, pois o terreno do privado ficou sem qualquer verdura, tendo para o efeito sido questionado os trabalhadores da empresa responsável que o informaram que a distância cortada depende da situação da estrada, estando a cumprir o que lhes foi superiormente pedido, sendo que para outras informações disseram para se dirigir à Câmara Municipal, pelo que solicitou informação nesta matéria. Um outro assunto é a existência de alguns chafarizes de água potável na aldeia de Cerdeira cujas torneias foram desligadas, pelo que não sendo um assunto da competência da Câmara Municipal apenas questionou da possibilidade de alguns destes voltarem a funcionar. Referiu que a CIM RC abriu na baixa de Coimbra a Loja dos Sabores da Região de Coimbra onde se poderá visitar uma mostra de alguns produtos dos Municípios que integram a Comunidade Regional tendo a sua pessoa facultado um artefacto para estar em exposição, tendo já tido a oportunidade de visitar e verificar os produtos do nosso concelho. Contudo, uma pessoa amiga deslocou-se à loja e não constatou qualquer tipo de produto relacionado com Góis, facto que estranhou, pelo que em deslocação novamente à loja a sua pessoa dirigiu-se a uma funcionária questionando quais as peças representativas do Município de Góis tendo sido informada ser a cortiça, ou seja, um cortiço, o taleiro e as gamelinhas, conforme leu no livro, pelo que a sua pessoa solicitou que as peças lhe fossem mostradas. Porém, após pesquisa das mesmas na exposição estas não foram encontradas pelo facto de as funcionárias não ter conhecimento de que peças é que se tratavam. Face ao exposto apraz-lhe mencionar que a CIMRC tem ao serviço funcionárias que não têm formação suficiente para poderem prestar a quem visita este espaço, facto que lamenta, porquanto devem prestar um servido de qualidade a quem por ali passa.-----

-----O senhor Presidente referiu que os trabalhos que se encontram a ser realizados na estrada do Vale do Ceira são no âmbito da limpeza das faixas de gestão, sendo a execução de 10 metros, pelo que qualquer situação diferente terá a ver com circunstâncias ocasionais ou utilização de maquinaria, porém irá questionar o Técnico da Câmara Municipal que acompanha os trabalhos para verificação da situação apresentada. Em relação à questão da Cerdeira referiu ter reunido com a Comissão desta localidade onde foram sinalizadas diversas situações que carecem de intervenção, entre estas os chafarizes, e a questão de ter ou não água, assunto da responsabilidade da APIN, uma vez que os chafarizes a terem torneias para disponibilização de água têm de ter contador, sendo este método que está previsto, pelo que dentro dos chafarizes existentes ficou acordado de qual é que poderá ficar com a água ligada dentro do que está atualmente determinado, tendo para o efeito prestado os devidos

esclarecimentos. Em relação à loja da CIM RC referiu que apetecia-lhe convidar a(s) funcionária(s) para virem ao Posto de Turismo de Góis para se formarem a fim de ficarem com conhecimento na matéria. Ainda sobre inexperiência de conhecimento em matéria de turismo referiu que também pôde constar durante as suas férias, quando se deslocou a um Posto de Turismo, cujos funcionários nem lhe dirigiram a palavra, infelizmente nem todos têm as pessoas com formação para prestação de informação, ao invés do Posto de Turismo de Góis que tem excelentes Técnicos na matéria. Contudo, referiu que numa próxima reunião do Conselho Intermunicipal irá dar conta da situação apresentada para que as funcionárias possam estar melhor capacitadas para a prestação de informação a quem de dirige à Loja da CIM RC.-----

-----O senhor José Ricardo Rosa de Carvalho iniciou a sua intervenção felicitando a Câmara Municipal pelo facto de substituir os copos e as garrafas de água de plástico por material de vidro permitindo a sua reutilização numa atitude amiga do ambiente. -----

-----Em nome da bancada do PSD propôs a atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor José Cerdeira, artesão e figura ímpar goiense ligada à cultura local. Por diversas vezes representou o nosso concelho quer a nível local, nacional e até mesmo internacional.-----

-----De seguida, felicitou vários atletas do nosso concelho: Laura Gonçalves pela regularidade com que é convocada para a seleção Nacional de futebol feminino sub-16; José Ramos pela recente convocatória para representar a seleção de futebol sénior da A.F.C, bem como ao nosso Campeão Diogo Ventura por ter revalidado o título de Campeão Nacional de sprint-enduro. Ainda no âmbito desportivo parabenizou todos quantos estiveram envolvidos na pré edição do Góis Trail, bem como a todos os atletas presentes. Mais felicitou o futebol em Góis pelo seu 40º aniversário, reconhecimento a todos quanto ao longo de quatro décadas contribuíram para que ora se comemorasse este feito. No âmbito da cultura felicitou a contrerrânea Rita Durão, premiada recentemente com o globo de ouro para melhor atriz de teatro. Felicitou o recente grupo de cantares do concelho, com o nome Grupo de Cantares das Cortes, a quem desejou as maiores felicidades sendo este mais um fruto do associativismo desta localidade. À FILVAR – Filarmónica Varzeense endereçou felicitações pela sua participação no desfile de Bandas Filarmónicas, na Av. da Liberdade, em Lisboa, no passado 01.12.23, representação que lhe encheu o coração. Ainda sobre eventos felicitou o Município de Góis, pela excelência da mostra de produtos endógenos da edição da Feira dos Santos, da Castanha e do Mel feira dos Santos, tendo dado para perceber, com a sua visita, que a mesma cresceu em relação à última edição. Felicitou o Município de Góis por, mais uma vez, ser distinguido com o prémio de Autarquia

Familiarmente Responsável. Felicitou os Municípios de Arganil, Góis e Pampilhosa da Serra pelo filme com o nome - A um passo do Céu, fita que ficou em 3º lugar num concurso que teve quatro mil filmes a concurso de todo o mundo, prémio atribuído pelo Comité Internacional de Festivais de Filmes Turísticos.-----

-----Por último questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal se Município tenciona fazer algo pela pesca desportiva no Rio Ceira, bem como repovoar o mesmo com a afamada truta Fário.----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Pesar à votação, tendo o mesmo sido deliberado, por unanimidade, e será dado conhecimento à família.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à questão da pesca referiu ser intenção a fomentação de concursos de pesca no Rio Ceira, sendo uma atividade que tem de ter acompanhamento técnico adequado, por termos conhecimento do interesse da pesca desportiva.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia na sequência do comunicado do PSD, no jornal “O Varzeense”, com o título apresentação de um breve balanço, pensou que seria mesmo um breve balanço, mas, após leitura, pôde concluir que apenas retratou os factos ocorridos relativamente à votação para o Presidente da Assembleia Municipal neste Mandato. Referiu que a votação foi por pessoa, e não por lista, tendo a pessoa sido eleita, por unanimidade, facto que a todos congratulou. Ainda no comunicado pode-se ler que o PSD tinha tido uma maioria, tinha ganho as eleições, e que não tinha ninguém para fazer parte da Mesa da Assembleia Municipal. Apraz-lhe registar que o PSD tem, provavelmente, memória curta, pelo que recordou que, no mandato 2017/21, o PS venceu as eleições, tendo sido o partido mais votado para a Câmara Municipal e também para a Assembleia Municipal. Contudo, referiu que foi eleito, em sede de Assembleia Municipal, para Presidente da Mesa da Assembleia Municipal um membro do PSD, porquanto foi esse entendimento do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis conjuntamente com o PSD, recordando a bancada do PSD dessa situação, caso tenha memória curta, presentemente em voga. Pelo que, no presente Mandato, numa segunda eleição para Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, o Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis e o do PS agiram da mesma forma como agiu o PSD e o Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis no mandato 2017/21. Sobre o teor relativo à taxa da Derrama foi dito que para o ano de 2023 os Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis e o do PS aprovaram o pagamento da derrama sendo que em sede de Assembleia Municipal a proposta não passou, tendo sido deliberada a isenção da derrama, tendo para o efeito sido apresentada a devida fundamentação, porém não será a isentar os impostos que a Câmara Municipal irá arrecadar receita

para investimentos. Um outro assunto que consta no comunicado é a questão do parquímetro em que em sede do Executivo foi proposto pelos Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis a tolerância do pagamento dos primeiros 30 minutos, proposta deliberada por maioria, não tendo a mesma sido votada favoravelmente em sede da Assembleia Municipal. Face ao exposto referiu a existência de um contrassenso, ou seja, é referido que se deve isentar um imposto, contudo deve-se proceder ao pagamento da totalidade do usufruto do parquímetro. Pelo que não entendeu o comunicado como balanço, desejava sim que as palavras fossem relativas a que tivesse havido um aumento da economia no concelho, do emprego, da habitação, facto que seria interessante, agora o teor do comunicado em nada ajuda a crescer Góis.-----

-----Sobre a 1ª revisão ao PDM questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal se caso o documento for aprovado os processos de licenciamento existentes na Câmara Municipal irão sofrer algum tipo de alteração ou se continuam sem qualquer alteração.-----

-----Sobre a freguesia de Vila Nova do Ceira referiu que a ponte que se encontra no caminho municipal, para a Várzea Pequena, encontra-se com excesso de vegetação fazendo todo o sentido a sua limpeza.-----

-----O senhor Presidente em relação à 1ª revisão ao PDM referiu que a Câmara Municipal está a fazer um esforço para que até à última reunião da Câmara Municipal serem presentes o maior número de licenciamentos que se encontram a ser analisados, tendo alguns requerentes sido informados desta situação, sendo que entrando em vigor o novo documento os processos terão que ser avaliados em função do que este prevê. Em relação à questão da ponte informou que iria dar indicações aos serviços externos para verificação da situação.-----

-----O senhor Nuno Pedro Tavares Nascimento na pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu ao Município a colocação do sistema de bombagem para abastecimento de água às viaturas Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis, e de outras Associações, uma vez que é bastante importante em caso de ocorrência de incêndios nesta freguesia. Agradeceu à empresa Olegário Fernandes pela doação de agendas cuja receita da venda reverte a favor do Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares, reconhecimento extensivo à Junta de Freguesia Alvares pela iniciativa que teve de, em parceria com diversas entidades, promover o Jantar Solidário cujo valor arrecado reverteu também a favor da IPSS local. Parabenizou a Comissão de Melhoramentos de Cortes pela comemoração do 93º Aniversário. Quanto à Montaria agradeceu a todos os participantes, bem como a todos quantos foram parceiros na organização deste evento na freguesia

de Alvares.-----

-----O senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira endereçou felicitações ao Conselho Regional da Casa do Concelho de Góis pela iniciativa que teve em reunir com todas as Juntas de Freguesia do concelho dando a possibilidade dos presentes terem conhecimento do trabalho que se encontra a ser realizado e dos planos que têm para serem realizados nos próximos anos. Relembrou que, no dia de ontem, fez um ano que faleceu o nosso amigo “Necas”, ex Presidente da Assembleia Municipal, lembrando a pessoa que foi, numa palavra amiga, para que todos o recordem.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura congratulou o Município pela obtenção, mais uma vez, do galardão Autarquia Familiarmente Responsável e também pela Bandeira ECO XXI. Salientou o prémio do filme “A um palmo do céu” realizado por Telmo Martins, bem como a Feira dos Santos, do Mel e da Castanha evento que, na sua ótica, tem um grande potencial fazendo todo o sentido que o mesmo se realize num período temporal mais longo e também na diversificação de ofertas, sendo exemplo disso o Município da Lousã, reunindo o Município de Góis excelentes condições para que este certame possa crescer ainda mais. Felicitou todas as empresas do concelho que no ano em curso foram distinguidas com o Prémio Leader e também de Excelência. Parabenizou a realização do Festival de Género ao Centro.-----

-----Seguidamente questionou o ponto de situação da Transferências de Competências na área da Saúde, a questão da aquisição de parte do terreno onde se encontra instalado o imóvel do Centro de Saúde e quais as medidas que se encontram a ser tomadas para reverter a assistência médica no concelho, porquanto é do seu conhecimento a existência de pessoas e agregados familiares que não têm médico. Na área da educação referiu tratar-se de uma área com alguma preocupação pelo facto de se ter iniciado o ano letivo, no qual se verificou a falta de docentes assunto que merece uma reflexão, uma vez que se verificam dificuldades em atrair estes profissionais a concelhos do interior do país, entendendo que a Câmara Municipal poderá equacionar a possibilidade de criar um incentivo atrativo para esses profissionais. Ainda na área educativa, dirigiu uma palavra de incentivo aos pais, encarregados de educação e alunos fazendo votos para um bom trabalho. Sobre questões urbanísticas referiu considerar importante a iniciativa da Câmara Municipal em alterar o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação por forma a simplificar os processos de licenciamento das obras particulares. Questionou sobre o processo da empresa Lusiaves, assunto explanado em várias sessões, porquanto se trata de um importante investimento para o concelho, assim como o projeto Centro de Cycling para a Quinta do Baião tendo tido conhecimento, através da comunicação social, que entraria

em funcionamento no mês de janeiro de 2024. Por último, fez menção às reuniões descentralizadas da Câmara Municipal, sendo uma prática que entende ser importante sugerindo que também a Assembleia Municipal possa vir a adotar esta metodologia. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal relativamente à descentralização das sessões da Assembleia Municipal referiu que efetivamente se poderá equacionar a possibilidade de poder vir a ser efetuada alguma sessão descentralizada.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à transferência de competências da saúde informou que, no dia de amanhã, irá se realizar uma reunião extraordinária para se tentar resolver a questão da legalização do edifício do Centro de Saúde, porquanto é do conhecimento de todos a existência de uma questão relativa ao terreno onde se encontra implementado o edifício, havendo uma divergência de opinião no Executivo em relação à forma como esta questão terá que ser solucionada. Mais informou que para esse mesmo efeito foi realizada reunião com o Adjunto de senhor Ministro da Saúde na qual esteve presente todo o Executivo, pelo que se espera que na reunião de amanhã possamos deliberar nesta matéria. Informou ainda que à mesma reunião será também presente o Auto de transferência de competências da saúde, informando que, no dia de hoje, decorreu reunião do Conselho Intermunicipal sendo um dos assuntos a designação de um vogal que irá representar os Municípios na ULS de Coimbra. A ULS de Coimbra irá ficar sediada no HUC, sendo uma das maiores do país, o que quer dizer se os pequenos Municípios não tiverem quem bem os represente, que zele pelos seus interesses e faça a ligação com os Presidentes de Câmara, quem conheça as necessidades dos territórios poderão ficar com problemas graves para o futuro. Informou ainda, que o que já está a acontecer, reportado por alguns Presidentes de Câmara, são situações que eram resolvidas pelo Ministério da Saúde via ARSC, sendo que, presentemente, os Presidentes da Câmara estão a ser confrontados para as solucionar. No dia de hoje esteve-se a delinear o perfil da pessoa que irá ser nomeada como vogal, e o enquadramento legal que a mesma terá que ter, sendo que na próxima reunião será presente um documento para ser votado. Pelas palavras do senhor Primeiro Ministro trata-se de um assunto particularmente complicado e com responsabilidade acrescida, porque o PRR permite a libertação de verba através da Comissão Europeia quando o procedimento anterior se encontra finalizado. Na questão das competências da saúde existem Municípios que ainda não assumiram pelo que só pode ser dado como encerrado este procedimento quando todos tiverem assumido a transferência de competências, esperando que até ao final do corrente ano essas situações estejam resolvidas, dando conhecimento dos Municípios que ainda não as assumiram. Espera que se

encontre uma solução no sentido do interesse público por entender que o que terá que prevalecer, para além de qualquer questão de ordem particular, é o interesse público, é o interesse dos munícipes, o interesse do acesso à saúde, o interesse de podermos melhorar as instalações do centro de saúde por haver financiamento para esse mesmo efeito, conforme consta no PRR, cerca de um milhão de euros, não tendo conhecimento do que se pretende fazer, porquanto foi sinalizado pela ARSC, sendo uma informação à posteriori. Apenas foi-nos informado que o Aviso para este tipo de investimentos irá abrir brevemente, não sendo, nesta primeira fase, a existência de um projeto, mas sim haver uma declaração de compromisso de execução da obra. -----

-----Relativamente à questão da Feira dos Santos, do Mel e da Castanha se realizar no maior espaço de tempo referiu ser intenção da Câmara Municipal que este evento tenha uma maior durabilidade, porém conforme calendário a data poderá ser um facto congestionante para que não haja um retorno ao nível de feirantes e visitantes, pelo que sempre que o calendário o permita é intenção que a mesma tenha uma diferente durabilidade. Em relação à Lusiaves referiu que estava dependente do PDM, tendo para o efeito havido uma suspensão deste, a par com um conjunto de procedimentos que a empresa teve que tomar, tendo no decorrer do processo havido alguns constrangimentos que não permitiram que o projeto estivesse em condições de ser aprovado, mantendo o interesse em implementar uma unidade. Em relação ao Centro de Cycling solicitou ao senhor Vice-Presidente que se pronunciasse. -----

-----O senhor Vice-Presidente sobre o Centro de Cycling referiu ser intenção do Município que o mesmo esteja disponível num futuro próximo, pelo que esperamos que no próximo mês de janeiro as pistas mais curtas se encontram disponíveis, tendo para o efeito esclarecido os procedimentos que vão ser tomados.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que na presente sessão, no uso da palavra, já se falou na estrada do Vale do Ceira no que concerne às faixas de gestão de combustível não tendo, ainda, os trabalhos se iniciado no território da União de Freguesias, entendendo ser um trabalho importante, porém mencionou que em algumas partes do percurso irá ficar a estrada menos segura. Referiu ser de todo importante que ao nível da segurança que quando estes trabalhos sejam realizados em alguns pontos de perigo que estas zonas fiquem devidamente sinalizadas e, se possível, a colocação de railes assim que seja possível, para que haja uma melhor segurança na circulação de viaturas, reconhecendo e agradecendo o trabalho que anda a ser efetuado e o restante que falta efetuar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que tem conhecimento das situações

apontadas salientando que o Orçamento para o ano de 2024 tem um montante considerável para a colocação de railes, sendo a estrada do Vale do Ceira, uma das vias, que será contemplada porquanto existem zonas de perigo e necessitam de uma outra proteção.-----

-----O senhor António Alberto Figueiredo Machado na sequência da sua eleição, em sede da Assembleia Municipal, para representar as Freguesias concelhias no XXVI Congresso Nacional da ANMP, agradeceu a confiança na sua pessoa, referindo ter estado presente, entendendo que os assuntos abordados foram bastante interessantes, sendo exemplo disso o poder local mais próximo das pessoas, a descentralização e coesão do país, o financiamento local, o assumir do poder local nas novas competências, entre outros. Referiu ainda que houve muitos oradores, alguns destes em fim de mandato, que usaram da palavra, contudo o tempo foi escasso para apresentarem as suas alocações o que não tiveram tempo suficiente para apresentarem assuntos cuja partilha entende que seria interessante.-----

-----De seguida, agradeceu ao Conselho Regional da Casa do Concelho de Góis pelo convite remetido às Freguesias do Concelho para a excelente tarde de regionalismo que proporcionou a todos quantos participaram numa ótica terem conhecimento do trabalho que tem vindo a ser realizado nas freguesias e outros que se pretende efetuar futuramente.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS/ANO 2024** – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Orçamento para o ano de 2024 é de 13.179.951€, sendo substancialmente mais elevado ao do ano de 2023, ou seja, cerca de 15%, dividindo-se o mesmo em receita corrente e receita de capital, assim como a despesa, corrente e capital. A acrescer ao valor em questão referiu que quando for incorporado o saldo de 2023 teremos um acréscimo do valor estando previsto que seja cerca de 1.100.000 €, sendo este o orçamento mais elevado, até à data, do Município de Góis. Referiu a existência de uma nota positiva porquanto a Proposta da Lei de O.E. estabelece um maior valor apresentado na mesma para 2023, pelo que os montantes de participação do Município de Góis nos impostos do Estado totalizavam 7.678.562 € passando a ter uma adição de 1.109.340 € sendo este aumento também uma nota positiva. No que concerne às despesas referiu que a Despesa com o Pessoal é de cerca de 36% do total da despesa, com

o Investimento cerca 35% do total do orçamento, sendo a diferença entre estas similar, havendo uma percentagem 22% do total da despesa no que concerne a despesas com Aquisições de bens e serviços, apresentando uma diminuição nos valores devendo-se ao facto de, no próximo ano, ser a CIM RC a entidade competente para assegurar o serviço de transportes públicos, havendo uma diminuição desta despesa, facto que é de salientar. Existe ainda a despesa inerente às Transferências correntes e de capital e subsídios a conceder, cerca de 13% do total da despesa. Efetivamente o senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma apresentação clara no que concerne ao Orçamento e dentro deste aos projetos que se pretendem implementar pelo que questionou quais são os que poderão ser enquadrados no âmbito do PRR. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que no orçamento foram elencados um conjunto de projetos que se pretende implementar, sendo exemplo disso a aquisição da Casa da Lavra de Baixo para se fazer uma requalificação urbana, havendo um contrato-programa com a CCDRC, através do O.E., havendo também as intervenções nas habitações que decorrem da ELH, as acessibilidades 360 são no âmbito do PRR havendo candidaturas já aprovadas, sendo que através do IRHU o 1º Direito e o Arrendamento a custo acessível, estando a ser realizadas negociações com alguns privados no sentido de adquirirmos as habitações para que posteriormente possamos celebrar os contratos-programa, tendo para o efeito apresentado quais e os trabalhos que se encontram a ser efetuados e outros procedimentos que se encontram a ser tomados; a EB de Vila Nova do Ceira e Jardim de Infância cujo projeto está em fase de conclusão para se avançar com a candidatura, havendo obras sinalizadas que estão em fase de conceção dos projetos no sentido de quando foram abertos os Avisos as possamos candidatar. Referiu que este orçamento irá, tal como os de outros Municípios, que já foram apresentados e aprovados, ter alterações sendo que estas irão decorrer por efetivamente o valor constante no orçamento é diminuto, ou seja, irá incorporar-se o saldo e também na sequência da abertura das candidaturas no âmbito do PRR, cujo tempo é limitado para apresentação de projetos, o que faz com que estes já estejam efetuados, pelo que havendo verba a disponibilização desta implica a alteração ao Orçamento. -----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que a sua intervenção assenta numa análise política e global aos documentos em apreço. Referiu que o Orçamento/Ano de 2024 continua empolado na parte da receita, em pelo menos cerca de 800 mil euros, nomeadamente na rubrica “rendimentos de propriedade”, proveniente da energia eólica. E, como é do conhecimento de todos, existe a perspetiva mas desconhece-se se efetivamente o Município de Góis vai receber no ano de

2024 ou até se vai receber, pois apenas ganhou o processo em primeira instância, e esta ação foi objeto de recurso. Pelo que, caso não haja entrada desta receita, fica comprometida a execução do orçamento da despesa, no mesmo valor. Salientou o facto que, estranhamente, o documento faça menção à abertura da rubrica referente à Derrama, quando foi decidido, tanto pelo órgão executivo, como pelo órgão deliberativo não se aplicar essa taxa no ano de 2024. Mais referiu que comparando o valor orçado na despesa corrente, 7.991.051 € e, na despesa de capital, 4.976.500€, verifica-se que há um desequilíbrio enorme, pelo que esta situação deveria ser revista. E procurar diminuir a despesa com a gestão corrente. Relativamente às obras apresentadas no documento referiu que não são novidade, quase todas são aspirações do passado, vindo do mandato anterior e transversais a todas as forças políticas, como por exemplo Mercado Municipal, Casa-Museu Alice Sande, Circular Externa das Cortes, Escola Básica 1.º Ciclo e Jardim de Infância de Vila Nova do Ceira, entre outras, mais uma vez a sua concretização é empurrada para o ano seguinte ou seguintes. Ainda sobre as mesmas, referiu que no ano de 2024 algumas destas obras apenas têm a rubrica aberta com 50 euros, o que é de pasmar e incompreensível, quando o valor orçamental é superior, em cerca de 2 milhões de euros, pelo que mencionou que a grande maioria destas obras, consideradas estruturantes, não saem do plano de intenções, nem sequer foram efetuados projetos. Referiu que, recentemente, o Município adquiriu a Casa da Lavra, que significa mais um edifício a necessitar de obras de requalificação profundas, que representam um grande investimento, pelo que já se percebeu que será mais uma fonte de despesa em vez de receita, questionando se terá sido boa aposta comprar aquele edifício, sem um objetivo concreto e que representasse um investimento com retorno, o tempo o dirá. Assim, no seu entender, referiu que estamos perante um orçamento surpreendente, mas não positivamente.-

-----Prosseguiu, referindo que este é o terceiro orçamento que apresentam, portanto esperava que fosse objetivo, que traçasse linhas estratégicas para o desenvolvimento, que fosse preto no branco, menos cinzento e menos utópico, esperando que este Executivo começasse a cumprir a mensagem da caixinha dos lápis de cor, distribuída pelo PSD durante a campanha eleitoral, e que citou: “Era uma vez, um Concelho que esteve abandonado por mais de três décadas. Agora os teus papás vão ser uns heróis... Vão ajudar a salvá-lo!”. Todavia, parece-lhe que ainda não é este ano que o Concelho vai ser salvo, quem sabe para o próximo.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a questão das eólicas incide no facto de o Município da Pampilhosa da Serra colocar no Orçamento esta importância como despesa e, a Câmara Municipal, em consonância, com aquilo que é a colocação de despesa colocou uma previsão de receita

uma vez que a mesma poderá vir a ser uma realidade, ou seja, durante o ano de 2024 poderá acontecer o desfecho do processo e o valor retornar ao Município de Góis. Em relação à questão de as obras não serem novidade referiu que certamente que ao fazer esta análise ao orçamento seria melhor que todos os anos se colocassem novas obras e, aquilo que são necessidades e que também foram mencionadas pelos senhores Vereadores, nas reuniões que antecederam a elaboração do orçamento, deixariam de constar para que outras se realizassem. Referiu que se a obra não está concretizada não entende o porquê de se colocar em orçamento novas obras e deixar as anteriores por realizar. Pelo que questionou se há ou não necessidade de recuperar o antigo hospital, a Casa-Museu Alice Sande, pelo que a haver necessidade as mesmas têm de constar no documento para que quando houver financiamento comunitário estas possam avançar, porquanto o orçamento municipal não é suficiente para a concretização de todas as obras que se pretendem realizar, sendo exemplo disso as intervenções que os edifícios municipais terão que ser objeto. Em relação à Casa da Lavra referiu que a aquisição foi pensada porquanto o edifício dos Paços do Concelho não reúne condições para um conjunto de situações, tendo elencado estas, não havendo também estacionamento suficiente, pelo que foi tomada uma posição para que os serviços municipais tenham condições para que possam funcionar nas devidas condições uma vez que o projeto será objeto de financiamento.-----

-----Relativamente à expressão de concelho “abandonado” convidou-a fazer um olhar profundo à União de Freguesias para ter conhecimento das intervenções realizadas para que possa afirmar se, no passado, foram feitas as intervenções com a profundidade presentemente existentes e outras, salientando que quando são usados certos termos poderiam estes serem mais moderados, porém é uma perspetiva da maneira que se tem de olhar para as coisas.-----

-----Dada a palavra a senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu não ter usado o termo abandonado, caso o tenha mencionado não se lembra em que parte da sua intervenção e a intenção de o ter utilizado. Em relação à freguesia onde reside referiu que se os trabalhos referidos pelo senhor Presidente são, entre estes, a preparação de colocação de betuminoso junto do cemitério do Carvalhal é um facto que estes se iniciaram, porém fruto das intempéries que se fizeram sentir os trabalhos realizados foram destruídos, pelo que não foram finalizados, o que, neste momento, terá que ser refeito tudo o que tinha sido feito, pelo que sinceramente não nota muita diferença, na sua freguesia, relativamente ao mandato anterior.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que efetivamente a senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão está a ser injusta quanto às palavras que acabou de proferir, uma vez que se

tivesse um olhar mais atento veria que muito já foi feito na União de Freguesias. Em relação à questão do acesso ao cemitério efetivamente era intenção de realizar os trabalhos numa só fase, porém nem sempre o é possível. No entanto, informou que, no dia de hoje, a Câmara Municipal já tem uma pavimentadora e um cilindro, para que haja mais celeridade neste tipo de intervenções para que não sinta o abandono que sente na sua freguesia.-----

-----O senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira referiu que falar dos documentos presentes é motivo de orgulho e de esperança num futuro melhor, pois se alguém leu toda a documentação e os comparou com anteriores Orçamentos, facilmente conclui que estamos perante o Orçamento com o maior montante de sempre. Relativamente ao Orçamento referiu que o valor orçado para o ano de 2024 é de 13.179.951,00 €; havendo uma receita corrente de 8.851.082,00 € e de capital de 4.321.169,00 €, bem como uma despesa corrente de 7.991.051,00 € e de capital de 4.976.500,00 €. Referiu que colocando em termos de análise a receita corrente e a despesa corrente, facilmente se conclui que existe uma preocupação do nosso Executivo, em transferir alguma verba corrente para capital, no caso em concreto o montante de 860.061,00 €, isto é, quase um milhão de euros. Relativamente à receita referiu que, conforme referido nos documentos presentes, cerca de 98% da receita, isto é 12.856.419,00 € provem de 3 grupos, a saber: Transferência do Estado, 11.028.159,00 €, equivalente a cerca de 83%; Rendimentos de Propriedade, 1.177.500,00 €, equivalente a cerca de 9%; Impostos Diretos, 650.760,00 €, equivalente a cerca de 5%. Relativamente à despesa referiu que conforme também referido nos documentos presentes, cerca de 98% da receita, isto é, 12.749.050 €, provem de 4 grupos: Despesas com Pessoal, 4.574.600,00 €, equivalente a cerca de 35%; Despesas de Investimento, 4.585.650,00 €, equivalente a cerca de 35%; Aquisições de Bens e Serviços, 2.054.250,00 €, equivalente a cerca de 16%; Transferências correntes e de Capital, 1.534.550,00 €, equivalente a cerca de 12%. Quanto ao Orçamento e partindo do princípio que grande parte dos valores nele constantes são meramente técnicos entende que o mesmo deverá ser analisado como documento técnico e devidamente esclarecedor quanto ao pretendido.-----

-----Relativamente às Grandes Opções do ano para o ano de 2024 referiu que o documento em causa é composto pela junção do PPI – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, apresentando-se com um valor de 5.750.400,00 €, em que o montante de 4.585.650,00 €, está diretamente relacionado com o PPI e 1.164.750,00 €, com as Atividades Mais Relevantes. Quanto ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos referiu que o valor orçado para o ano de 2024 no montante de 5.750.400,00 € €, é bem demonstrativo da ação deste Executivo e da esperança num futuro melhor.

Como resultado desta conclusão salientou o facto dos seguintes investimentos: – Na Administração Geral, 1.199.700,00 €, na Proteção Civil e Luta Contra Incêndios 1.504.700,00 €; no Ensino Não Superior 349.200,00 €; nos Serviços Auxiliares de Ensino 50.050,00 €; nos Serviços Individuais de Saúde 50,00 €; na Habitação 102.200,00 €; no Ordenamento do Território 14.000,00 €, no Saneamento 50,00 €; no Abastecimento de Água 50,00 €; na Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza 513.600,00 €; na Cultura 400.150,00 €; no Desporto, Recreio e Lazer 1.923.900,00 €; na Indústria e Energia 100.100,00 €; nos Transportes Rodoviários 996.300,00 €; no Mercado Municipal 40.050,00 €; no Turismo 20.500,00 €. -----

-----Seguidamente elencou algumas áreas de investimento: Administração Geral: Aquisição e manutenção de equipamento básico 200.000,00 €; Casa da Lavra de Baixo e Parque de Estacionamento 600.000,00 €; Proteção Civil e Luta Contra Incêndios: Abertura e limpeza de estradas florestais e aceiros 120.000,00 €; Limpeza de faixas de gestão combustível 170.000,00 €; Ensino Não Superior: Escola Básica 1º Ciclo/Pré-Escolar de Vila Nova do Ceira 250.000,00 €; Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza: Reparação dos danos provocados pelas cheias na Casa da Natureza 383.500,00 €; Cultura; Beneficiação e manutenção da Casa Museu Alice Sande 400.000,00 €; Desporto, Recreio e Lazer: Parque de Lazer da Salada, em Cortes 300.000,00 €. -----

-----Referiu que com inclusão das obras mais votadas no âmbito do Orçamento Participativo, a saber: - Piscina para Crianças; Praia Fluvial das Canaveias; Requalificação das Bancadas e Instalações Sanitárias do Parque do Cerejal. Mais referiu que quanto a Indústria e Energia a rubrica prevê, entre outros projetos: Ampliação da rede de iluminação pública; Aquisição de terrenos e de um projeto para criação de uma área de acolhimento empresarial em Góis; Ampliação da zona Industrial de Cortes; Construção e beneficiação de infraestruturas para valorização da Zona Industrial de V. N. Ceira. No que concerne a Transportes Rodoviários fez menção a: Requalificação da Avenida Dr. Padre António Dinis 470.000,00; Beneficiação e manutenção de arruamentos no concelho 150.000,00 €; Beneficiação e manutenção da rede viária 250.000,00 €.-----

-----Relativamente às Atividades mais Relevantes referiu que com o valor orçado para o ano de 2024 no montante de 1.164.750,00 € €, é bem demonstrativa da tentativa de participação da Câmara Municipal na envolvimento em projetos com outras entidades, e na transferência de verbas como forma de colaboração com as Instituições. Destacou algumas áreas de colaboração, salientando os seguintes projetos: Proteção Civil e Luta Contra Incêndios: Apoio à A.H.B.V. de Góis (com inclusão do custo com as EIPs 250.050,00 €; Habitação: Apoio à recuperação de habitações não permanentes 120.000,00 €;

Acessibilidades 360º - Intervenções em habitações 91.000,00 €; Transferências entre Administrações: Transferências para as Freguesias 80.000,00 €; Serviço Público de Transportes de Passageiros 165.000,00 €; Transferências (correntes e de capital) 78.500,00 €; Diversas não Especificadas: Instituições sem fins lucrativos 150.000,00 €.

-----Referiu como é possível esta Assembleia continuar a ouvir da parte do líder da bancada do Partido Socialista que não existem melhorias no concelho, que não existem obras em curso, quando as mesmas são bem visíveis pela população. Acredita que é difícil alguém aceitar como foi penalizante para o nosso concelho a última governação. Quantas obras poderiam estar a ser levadas por diante e que, por ineficácia e completa distração do Executivo anterior, aguardam, ainda a elaboração de projetos, sujeitas a não serem contempladas por atrasos processuais. Salientou ainda a deliberação da Câmara Municipal sobre os documentos previsionais com destaque para as intervenções das forças políticas da oposição quando, não vendo rejeitada a inclusão de qualquer obra ou projeto por si proposto, acabam por ter o mesmo sentido de voto.

-----Por último e como destaque, referiu que o Grupo Parlamentar do PSD não podia perder a oportunidade de expressar os parabéns a toda a equipa técnica que fez parte da elaboração deste trabalho pois os documentos aqui presentes encontram-se elaborados de forma criteriosa, com rigor, e bem expressivos e demonstrativos dum total empenho e dedicação, associados ao espírito de missão que os trabalhadores da Administração Local vão demonstrando ter ao longo dos anos.

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu ter conhecimento de quais os procedimentos que se têm de tomar para que se possa apresentar um orçamento, contudo os orçamentos que ele próprio elabora naturalmente não têm a mesma dimensão de o de uma Câmara Municipal, o que leva a que se tenha algumas dores de cabeça quanto à apresentação de investimentos que se deseja implementar em todo o concelho, não sendo de todo uma fácil missão, uma vez que não existe dinheiro suficiente face às necessidades existentes em todo o concelho. Referiu que na intervenção do senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira foram elencadas todas as obras patentes no documento em apreço não tendo conhecimento de onde é que virá o dinheiro para as concretizar sendo que, provavelmente, parte destas serão, outra vez, inseridas em orçamentos futuros. Efetivamente as obras constantes no orçamento são vontade de quem gere a Câmara Municipal de as realizar, todavia entende que efetivamente parte destas não serão realizáveis, pelo que na sua ótica no orçamento deveriam apenas constar obras que à priori são realizáveis, uma vez que sofremos de muitos condicionantes por sermos um município do interior em que, naturalmente, quem governa nacionalmente só se lembra de passar

por cá em época de eleições e, muitas são as promessas, mas não passam disso. Efetivamente há uma vontade expressa de se realizarem um conjunto de obras necessárias no concelho, parte destas, já constantes em orçamentos de anteriores mandatos e, que naturalmente, também constam no presente orçamento por se entender serem necessárias no concelho. Entende que para se fazerem alguns destes investimentos tem-se que se começar a cortar em parte da despesa, tendo apresentado como exemplo algumas das festividades levadas a efeito anualmente, não deixar de as fazer, mas sim equacionar a possibilidade de as concretizar com um menor valor para que o dinheiro seja encaminhado para a realização de algumas destas obras. Acrescentou, ser seu desejo que as obras se realizem, porém, na sua totalidade entende ser difícil, ficando agradado se no próximo ano parte destas já não constarem no documento em apreço para 2025, realçando que o nosso concelho está ao abandono não pela Câmara Municipal, mas sim por quem nos governa nacionalmente, devendo reivindicarmos os nossos direitos perante estes.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que algumas afirmações feitas revelam o desconhecimento de algumas dinâmicas que são necessárias e da forma como se elabora os documentos previsionais. Referiu a existência de muitas intenções e necessidades colocadas no orçamento que resultam do facto de termos sido abordados pela CIMRC e nos terem solicitado para elencarmos as necessidades de investimento para serem contempladas no âmbito dos ITI (Investimentos Territoriais Integrados), i.e., para terem financiamento comunitário. Nesse sentido, a Câmara Municipal sinalizou as necessidades e a intenção de execução de obra da parte do Município de Góis sendo que estas tinham de ser sinalizadas para que quando fazemos as candidaturas possam ser contempladas para não acontecer o que aconteceu quanto à APIN, ou seja, não foi sinalizado um conjunto de trabalhos necessários ao nível do saneamento, pelo que presentemente não conseguimos fazer os trabalhos porque na altura estes não foram sinalizados. Reiterou as suas palavras de ser uma obrigação de sinalizar a necessidade de se efetuar investimento e, se calhar, quando se diz que nada acontece propôs que se olhe para 24 meses anteriores, i.e., Largo da Cabreira, estrada de Amioso, ligação a Carcavelos, obras concluídas, acesso ao Parque Municipal em execução, colocação de pavimentação e railes na zona do Caracol, sinalização horizontal na estrada, ligação de S. Martinho a Piães, estrada da Aigra, era obra que tinha de ser feita e executou-se em 24 meses, a par com os 300 km em estradas florestais. Seguramente a elaboração do orçamento não é fácil, sendo ouvidos todos quantos reuniram para este feito sendo que na medida do possível colocamos obras que nos são reportadas tanto pelos senhores Presidentes da Freguesias, como pelos senhores Vereadores,

salientando que tenhamos a consciência da existência de obras de caráter plurianual não sendo a sua previsão serem realizadas num só ano por terem alguma complexidade e porque exigem financiamento que não se consegue todo somente num ano.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu entender as palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal não querendo na sua intervenção dizer que não se fez nada, efetivamente há obra feita sendo que com as suas palavras, anteriormente proferidas, quis dizer que as obras constantes em o orçamento deveriam ser inseridas de uma outra forma.-----

-----O senhor Nuno Pedro Tavares Nascimento no que concerne a investimentos para a freguesia de Alvares questionou sobre o ponto de situação da Circular Externa, o Parque de Lazer da Selada, e a aquisição de terrenos para ampliação da Zona Industrial de Cortes.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que quanto ao Parque de Lazer da Selada o orçamento contempla uma verba, estando o projeto a ser revisto por um gabinete de arquitetura para que no próximo ano se possa iniciar a obra. Quanto à circular externa referiu haver questões pendentes no que concerne a propriedades privadas para que se possa avançar para a próxima fase do processo, sendo que quanto à Zona Industrial de Cortes estão a ser tomadas diligências junto dos privados para aquisição de terrenos para que o processo possa avançar.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que da análise ao documento há uma situação na página 20 que desejaria ver esclarecida, ou seja, no quadro 7 - Transferências Correntes, na designação Transferências de competências – Lei 50/2018, refere o montante de 938.630,00€, sendo que nesse mesmo é feita novamente referência à Transferências de competências – Lei 50/2018, referindo um montante de 50,00€, questionando o porquê da diferença de valores. Ainda nesse mesmo quadro existe a designação de quando é referida a Transferências de competências – Lei 50/2018 aparecer a designação de Educação, Saúde, Ação Social, e Outras esta com um montante de 500,00€. -----

-----Sobre a delegação de competências referiu desejar que a mesma com a União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal se concretize no início do ano e não a meio de 2024, entendendo que o valor de 500,00€ é insuficiente caso se venha a concretizar a delegação de competências. -----

-----Ainda nesse mesmo quadro é feita referência ao Condomínio de Aldeias – Cadafaz e Sacões, bem como ao Condomínio de Aldeias – Carrasqueira, Folgosa, Cortecega, Soito e Monteiro, questionando se será uma realidade, referindo que apenas questiona porquanto foi prometido e informado que existia uma candidatura para o Condomínio de Aldeia do Colmeal pelo que solicitou o ponto de situação da referida candidatura.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a transferência de competências que o documento refere no quadro 7 são as que a Câmara Municipal assumiu, ou seja, Educação, Saúde, e Ação Social, sendo que no caso que referiu temos ainda a incorporação do saldo sendo que posteriormente poderemos cabimentar a verba de acordo com as conversações tidas entre o Município e a União de Freguesias. Em relação à candidatura do Condomínio da Aldeia do Colmeal referiu ser da competência da CIM RC e não do Município de Góis.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura primeiramente dirigiu os parabéns aos Técnicos do Município pela elaboração dos Documentos Previsionais/Ano 2024 e, uma vez que são os primeiros documentos apresentados na Chefia da DAG pelo senhor Dr. João Vasco Barata Lopes, dirigiu votos de um bom trabalho no exercício das suas funções.-----

-----Seguidamente, referiu que até ao momento já foi feita uma análise pormenorizada ao documento em apreço, salientando apenas o aumento que o orçamento sofreu face ao do ano anterior, em cerca de dois milhões de euros, alertando que maioritariamente o aumento deve-se a previsões, apoios comunitários e, também, o valor relativo ao processo jurídico com o Município de Pampilhosa da Serra. Da análise realizada pode-se constatar que os Documentos são praticamente idênticos aos do ano de 2022 e 2023, sendo que até a sua pessoa, ao usar da palavra, corre o risco de se tornar repetitivo em relação ao ano passado dada a quantidade de obras e projetos que, uma vez mais, transitaram por não terem sido executados, facto que se lamenta. Se no ano de 2021 o discurso do senhor Presidente era calma ainda estamos aqui há pouco tempo, no ano de 2022 referia que o anterior Executivo não deixou projetos, em 2023 referiu ser difícil estar no poder é mais fácil estar na oposição, pelo que questionou qual será o discurso para o próximo ano, questionando se deseja voltar para a oposição, se sim espera que a população de Góis, nas próximas eleições, lhe faça a vontade. --

-----Referiu que a verdade é que os documentos espelham bem o fraco desempenho da Câmara Municipal e a falta de visão e estratégia deste executivo com este eterno adiar da execução de medidas e obras que contribuem para o desenvolvimento de Góis. Referiu recordar-se que, no passado ano, questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal se a prioridade para o ano de 2023 seria ou não a execução de algumas importantes obras como a Casa-Museu Alice Sande, Casa da Natureza, Parque de Lazer das Cortes, EB de Vila Nova do Ceira, Casa da Lavra de Baixo, Mercado Municipal, entre outras, pelo que no presente ano questiona se as citadas obras transitarão para um próximo ano ou se estas serão realizadas até ao final do presente mandato. Mais referiu que para quem tanto se queixava que o anterior Executivo não deixou projetos lembrou que grande parte das obras explanadas no

orçamento e GOP são da génese socialista, pelo que questionou se nem as obras deixadas pelo anterior Executivo consegue realizar para quando as obras e medidas apresentadas no manifesto eleitoral do PSD, entendendo que os Goíenses deveriam refletir neste mesmo facto. Lançou a questão se presentemente Góis está melhor do que há dois ou três anos atrás, referindo parecer-lhe que não, porquanto estes dois últimos anos têm sido de estagnação do concelho e o pior é que não se antevê vontade, nem estratégias para mudar. Face ao exposto, referiu que a bancada do PS irá abster-se na votação aos Documentos Previsionais/Ano 2024.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que quando o senhor Ricardo José Duarte Ventura mencionou que lhe parecia que estava a olhar para o Orçamento de 2023 mencionou que, provavelmente, apenas se fez um copy past. Quanto às obras que não foram efetuadas que transitaram do anterior Executivo referiu que as que tinham projeto estão praticamente todas executadas, como anteriormente mencionou, sendo que as que não se executaram são aquelas que apesar de constarem nos orçamentos muitas não têm projeto, tem projeto apenas a Casa-Museu Alice Sande. Sobre este investimento referiu a existência de uma divergência com a DRCC que não abdica de uma posição. Sobre o Parque de Lazer das Cortes referiu ser necessário financiamento pelo que a Câmara Municipal tem estado aguardar financiamento, o que presentemente já foi possível, através do Investimentos Territoriais Integrados – ITI, lembrando que o orçamento municipal é limitado. Referiu que poder-se-ia ter colocado em orçamento outras obras, porém as que se encontram patentes no documento são as que foram sinalizadas e que temos possibilidade de estas serem financeiramente comparticipadas, pelo que se até à data ainda não foram executadas foi simplesmente por não ter havido possibilidade de estas serem comparticipadas. Quando foi proferido que o concelho está estagnado referiu não tecer qualquer comentário pelo facto de nuns fóruns se proferir uma coisa e em outros sobre a mesma matéria dizer-se outra coisa.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que quando falamos em orçamento referimo-nos a um conjunto de intenções e propostas daquilo que achamos que podemos vir a realizar dentro de um determinado prazo, e nesta matéria num período de um ano. Referiu que na qualidade de Presidente de uma Junta de Freguesia gosta de associar o seu trabalho autárquico a obras estruturantes da sua freguesia e do seu concelho, porque efetivamente todos fazemos obras diariamente, i.e., tanto a Junta de Freguesia, como a Câmara Municipal todos os dias fazem obra, sendo estas questões do dia a dia do trabalho autárquico não sendo isso que o preocupa quando se

encontra a discutir a proposta de orçamento para 2024. Referiu que na reunião da Câmara Municipal onde o presente assunto foi discutido e deliberado apraz-lhe fazer referência à intervenção o senhor Presidente onde fez menção à ampliação da Zona Industrial de Cortes considerando um projeto estruturante desta freguesia, plasmando o documento a intervenção em alguns dos açudes do Rio Ceira não fazendo qualquer tipo de abordagem aos da Ribeira do Sinhel que se confrontam com o mesmo problema existente no Rio Ceira não havendo previsão para qualquer tipo de intervenção nos açudes que em muito também têm prejudicado com as intempéries os terrenos ao longo do seu curso. Quanto ao Parque de Lazer da Selada referiu ser uma situação que se arrasta no tempo, lembrando que o terreno foi adquirido no ano de 2011, há 12 anos, pelo que se trata de uma situação que tem de ser assumida de forma frontal e concretizar-se. Efetivamente é perceptível a questão de o dinheiro não ser em abundância, porém há sempre verba para se fazer alguma coisa. Ainda na freguesia que preside referiu a necessidade de intervencionar a Rua Dr. Hermano Neves porquanto em vez de valetas existem valas pelo que sendo uma das ruas com um conjunto de serviços e bastante habitada é de todo importante que se resolva esta situação para que não venham a acontecer mais acidentes nesta via. Sobre o Condomínio da Aldeia referiu a inclusão da aldeia da Carrasqueira sendo bastante importante e positivo, assim como o Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Um outro investimento importante é sem dúvida o Mercado Municipal tendo o senhor Vice-Presidente se referido que já teriam escolhido o local pelo que questionou sobre a possibilidade de todos terem conhecimento onde é que ficará instalado. Um outro ponto positivo do orçamento é o aumento do apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis comungando com o mesmo porquanto é uma Instituição fundamental para o concelho sendo de todo importante este reforço. Relativamente à intervenção do senhor Presidente sobre a delegação de competências referiu que a Junta de Freguesia de Alvares mostrou recetividade em assumir as competências residindo a questão de que ambas as partes não têm a mesma leitura sobre as competências, pelo que se a opção recair no entendimento que a Junta de Freguesia tem nada tem a opor-se a assumir a delegação de competências. Terminou referiu ser importante que as obras constantes no documento se concretizem pelo que será bom que no ano de 2025, no final do mandato, se possa afirmar que estas obras foram realizadas ou que se encontram em execução, sendo estas que irão fazer a diferença nos nossos territórios, porquanto todo o resto faz parte do funcionamento diário e todos nós fazemos o melhor que sabemos e possamos fazer.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que relativamente às intervenções nos açudes

constantes no documento estas decorrem das intempéries ocorridas no passado ano tendo estes sido sinalizados e financiados através da CCDRC sendo que a intervenção irá ser realizada nesse âmbito assim como na Praia da Cabreira, cujo procedimento já foi lançado. Em relação à transferências de competências referiu que, provavelmente, não houve compreensão das palavras por si proferidas, porquanto ficou com a noção que como estava não desejava assumir as competências, pelo que se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvares desejar rever a sua posição a Câmara Municipal só terá que transmitir à DGAL até junho 2024. Acrescentou que a transferência de competências está em aberto havendo manifestação de interesse e que esteja em consonância com o que está previsto legalmente. Ainda nesta matéria referiu a existência de uma divergência de opinião em relação à União de Freguesias pelo que foi solicitado parecer pelo que da análise ao mesmo poderemos chegar a um acordo em consonância com a leitura efetuada. Da análise feita ao documento referiu ter sido realçado algumas intenções patentes no documento decorrendo estas da reunião tida e das manifestações apresentadas e das necessidades que têm muitos anos.-----

-----O senhor Vice-Presidente referiu que no ITI também foi assinalado, numa das rubricas, a conservação e reabilitação de ecossistemas ribeirinhos na Ribeira do Sinhel, não tendo sido colocado no presente orçamento por não se vislumbrar a abertura no ano de 2024 de Aviso para esta linha de apoio, pelo que assim que surgir oportunidade iremos trabalhar na requalificação solicitada pela Junta de Freguesia.-----

-----A senhora Filomena Maria de Matos Geraldês referiu que de acordo com a sua apreciação do Plano e Orçamento Municipal para o ano económico de 2024, quer na sua dimensão anual quer também, e de acordo com os normativos legais, na sua dimensão plurianual, ou seja, este orçamento concretizar-se-á num espaço de tempo entre 2024 e 2028. Acontece que, por vezes, aqui, quando fazemos esta análise, tendemos a esquecer esta dimensão, bem como que há um tempo para a concretização de obra: há um tempo para a elaboração de candidaturas, há o tempo para a sua aprovação, há um tempo para a atribuição da verba, há um tempo para a abertura dos concursos e para a atribuição de empreitadas e há um tempo para a realização da obra, e que o apressar deste tempo, não depende do dinamismo de um executivo mas este tempo obedece a uma lógica burocrática muito própria, e só não sabe isto ,quem nunca realizou nenhuma obra. Então, voltando à análise que efetuou ressaltou o seguinte: Ao nível formal, considera que o mesmo se encontra bem elaborado, respeitando todos os requisitos legais apresentando uma boa avaliação dos nossos constrangimentos, e por isto, deixo também uma palavra de louvor e incentivo a todos os que

colaboraram na sua elaboração, bem como um agradecimento pelo empenho e dedicação de todos; Ao nível do conteúdo, destaco pela positiva a subida de 15% do orçamento comparativamente com o orçamento inicial de 2023, uma vez que, para mim, isto é representativo que há ação, rumo e vontade de realizar. Destacou, também, pela positiva a transferência da administração central de fundos comunitários para financiar projetos específicos, sobretudo porque isto é revelador que, tendo em conta aqueles que são os problemas que temos, bem como a estratégia de desenvolvimento para o nosso concelho, foram apresentados projetos e que os mesmos foram aprovados. Não os vou especificar, mas destaco, de um modo geral, da análise feita aos que aqui se encontram enumerados, que estes estão relacionados: com a floresta e a sua gestão, com a manutenção das acessibilidades, com a habitação (nomeadamente o programa de apoio ao acesso à habitação), com a requalificação urbana de espaços, com a cultura, com o ambiente e a sua sustentabilidade, com a educação, o turismo e o empreendedorismo. Mais destacou e louvou as prioridades apresentadas na elaboração nas Grandes Opções do Plano (GOP) para 2024, sobretudo porque priorizam os investimentos financiados por fundos comunitários como por exemplo: a reabilitação da Casa da Lavra de Baixo e o parque de estacionamento; a implantação do Parque de Lazer da Selada/Cortes, o Programa de transportes Rodoviários e a requalificação da Avenida Doutor Padre António Dinis. Saúdo a iniciativa e a perspetiva de cuidar e requalificar o que temos, e neste âmbito entre os aqui apresentados, aponto o projeto aprovado para o Edifício antigo hospital, a requalificação do Jardim da casa do Artista, Residência de Estudantes, Centro de Saúde de Góis, EB e Jardim de Infância de VNC e a Escola Básica de Góis. Outras prioridades decorrem de preocupações com a sustentabilidade energética traduzida, por exemplo, na candidatura para a aquisição de caldeiras de biomassa quer para a Residência de Estudantes quer para a sede do Agrupamento de Escolas de Góis. Constatou e louvou, o facto de este ano as Juntas de freguesia irem receber o dobro anual da verba que usualmente lhe é atribuída. Constatou e louvou, ainda, neste orçamento, investimentos ao nível empresarial como a ampliação da Zona Industrial de Cortes e de Vila Nova do Ceira e os evidentes progressos ao nível da concretização do Mercado Municipal (acredito mesmo que será desta).-----

-----Referiu que não pôde deixar de verificar ainda com muito agrado, a finalização da revisão do PDM. Ou seja, neste orçamento vejo preocupações com a manutenção do que temos, resposta às preocupações essenciais para o desenvolvimento de Góis e das suas pessoas, incentivos à natalidade, acessibilidades, habitação e sobretudo ao nível empresarial que gera como sabemos emprego. Por isto, não percebo as críticas que lhe são apontadas, nomeadamente a de não ter visão estratégica,

quando o mesmo toca e apresenta ações para aquelas que são as questões fundamentais para o nosso desenvolvimento. Em suma, referiu que este orçamento é uma ferramenta de gestão fundamental para apoiar as funções executivas e administrativas, mas também é um processo estratégico que certamente foi baseado na comunicação entre todas as partes, pelo que questionou o senhor Presidente que das propostas apresentadas nas reuniões preparatórias realizadas com os senhores vereadores quais são as que não constam neste documento.-----

-----O senhor Presidente referiu que das reuniões realizadas com os senhores Vereadores foram apresentadas propostas tendo, as que foram consideradas mais estratégicas e importantes, sido colocadas em orçamento, sendo que poderá haver uma ou outra obra que não tenha a dimensão e que não tenha sido sinalizada no ITI. O que foi considerado estratégico e que têm sido necessidades sentidas e reportadas e que são intenções de investimento foram colocadas no orçamento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com nove votos a favor, da bancada do PSD e dez abstenções, das bancadas do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis e PS, aprovar os Documentos Previsionais/Ano 2024.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, apresentou a seguinte declaração de voto: *“O Orçamento Municipal enquanto instrumento de gestão política reflete a prática da governamentação dos destinos da Autarquia. Este orçamento não traduz novidade relativamente aos anos anteriores, pelo que, perante este panorama, a visão plasmada e apresentada nas GOP para o ano de 2024, a esta assembleia, continua a ser essencialmente de gestão corrente, organização de festas e festivais; assim como, distribuição de apoios às coletividades e realização de obras pontuais, sem orientação de um conceito de estratégia global para o concelho. É absolutamente evidente, que este Orçamento e estas GOP traduzem uma contínua perda de investimentos estruturantes, fundamentais para alicerçar o desenvolvimento do concelho. Apesar do reforço das dotações financeiras para as freguesias, que é um sinal positivo, relevando a ação fundamental que as freguesias desempenham quotidianamente, enquanto autarquias de maior proximidade, junto dos cidadãos, lamentamos que ainda não tenha sido expressa a vontade de todas as freguesias, relativamente ao processo da implementação legal da delegação de competências, conforme Lei nº50/2018, de 16 de agosto. O voto de abstenção do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, resulta da falta de confiança na execução do orçamento, proposto para o ano de 2024.”*-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----A senhora Presidente interrompeu a sessão por um período de 10 minutos para um pequeno intervalo, 20h13 minutos. A sessão retomou pelas 20h23.-----

-----**2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL/ANO 2024** – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Câmara Municipal pretende criar onze postos de trabalho, seis para Técnico Superior, um para Assistente Técnico, quatro para Assistente Operacional. Referiu que o parcelar sobre o assunto que não tem qualquer justificação e fundamentação para a criação dos referidos postos de trabalho pelo que solicitou os devidos esclarecimentos ao senhor Presidente.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à categoria de Técnico Superior o Mapa de Pessoal tem previsto um lugar para um licenciado em Gestão e Economia para análise de candidaturas a Fundos Comunitários porquanto iremos entrar num período com bastante trabalho com candidaturas e se não tivermos pessoas com essa capacidade não vamos conseguir aceder aos fundos. Está também previsto um lugar de Jurista em virtude de sistematicamente temos questões relacionadas com a área do Direito e o Mapa de Pessoal somente dispõe de uma Técnica Jurista, sendo necessário alguém em permanência que possa prestar este apoio. Um outro lugar é para Engenheiro Florestal uma vez que existe um conjunto de candidaturas que consecutivamente têm de ser elaboradas e o único Técnico Superior ao serviço da Câmara Municipal tem dificuldade, face a todo o serviço existente na área, em dar andamento a todos os processos. Outro lugar é um Técnico Superior na área da Psicologia porque existe candidatura ao Radar Social sendo necessário uma pessoa para gerir este trabalho, lembrou que na área da Ação Social a Câmara Municipal assumiu a transferência de competências tendo ficado com o trabalho da Segurança Social que era assumido por duas Técnicas externas. Foi também contemplado um posto de Trabalho de Técnico Superior em Design e Multimédia porquanto existe um trabalhador que se encontra em regime de mobilidade e um outro em Educação Física que também se encontra em regime de mobilidade. Foi criado um posto de trabalho de Assistente Técnico para afetar à DGUPA por ser uma carência nesses serviços, sendo que os quatro postos criados de Assistentes Operacionais resultam da Transferência de Competências da Saúde, ou seja, tratam-se de quatro lugares previstos no Mapa de Transferências de Competências pelo que naturalmente são postos que teriam de ser criados.-----

-----A senhora Filomena Maria de Matos Geraldês referiu que como está escrito na ata relativamente

a este ponto (página 2) *“a elaboração de um mapa de pessoal traduz um juízo objetivo de avaliação sobre a necessidade de garantir, no plano da organização do trabalho, uma adequada resposta às necessidades impostas pela lei, pelas orientações estratégicas superiormente fixadas e pelas decisões organicamente tomadas. E é em função desta avaliação e como resultado dela que o órgão ou serviço verifica se se encontram em funções trabalhadores em número suficiente, insuficiente ou excessivo”* serve esta citação para propor, em primeiro lugar, a seguinte reflexão, por vezes, surgem aqui críticas relativamente aos gastos com pessoal, ouvindo-se até, por vezes, vozes que referem, que comparativamente com outros concelhos, temos um maior número de colaboradores. Contudo, e no meu entender, esta comparação não pode ser feita só por número de trabalhadores. Para termos uma comparação isenta, objetiva e justa, temos de agregar outras áreas de comparação nomeadamente se a instituição à qual recorremos para comparar com a nossa, tem as mesmas unidades orgânicas/centro de competências e áreas de atividades, que atribuições e competências é que existem dentro de cada área, ou seja que volume de trabalho ou que funções é que são exigidas dentro de cada unidade orgânica. Não sei se todas as Câmaras têm as mesmas unidades orgânicas que nós temos bem como o mesmo número de atividades (nunca me fiz esta comparação, mas à partida estou em crer que não). O que constato no nosso de Mapa de Pessoal é que nós temos, e se não me enganei a contar, cerca de 23 unidades orgânicas, e que temos cem tipos de atividades (ou seja serviços que prestamos), e que dentro de cada unidade orgânica tem agregado a si um certo número de atividades sendo que umas naturalmente terão mais atividades e mais funções do que outras, por exemplo, os serviços financeiros têm 13 tipos de atividades (com inúmeras funções dentro de cada uma) contando para a implementação dos mesmos com 16 colaboradores. Ou seja, a análise que propôs e que pensa que devemos fazer sempre que olhamos para o nosso mapa de pessoal é a seguinte, tendo em conta a unidade orgânica, e as atividades que lhe estão afetas bem como o que é necessário efetuar dentro de cada uma, será que temos os recursos humanos adequados e necessários? Referiu acreditar que foi esta análise que foi feita pelo Executivo e que as propostas para a criação de mais postos de trabalho resultam de um efetivo “juízo objetivo de avaliação” e direi mesmo ponderado, bem como da orientação estratégica deste executivo quer da tal “orientação estratégica superior”. Referiu crer que os novos recursos a contratar trarão certamente aporte e valor humano acrescentado para a estratégia de desenvolvimento que este executivo tem para o município de Góis, mas de qualquer modo, gostava de ouvir o senhor Presidente relativamente a esta sua análise/crença.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a explicação realizada consubstancia-se

na análise que efetuamos e das necessidades que sentimos e, aquilo com que somos confrontados diariamente, porque o Município de Góis tem muitas solicitações diárias da CIM RC que tem de responder com celeridade para que possa ter acesso a um manancial de procedimentos fruto das deliberações tomadas no Conselho Intermunicipal que, posteriormente, são presentes ao Executivo para que possamos deliberar para que possamos trabalhar em determinados assuntos havendo Técnicos que deixam de efetuar as suas funções para que a Câmara Municipal possa responder dentro dos prazos que são definidos. Referiu que o que o preocupa é efetivamente o futuro pelo facto se presentemente olharmos para os trabalhadores do Município, nomeadamente, nos serviços externos, porquanto existe um número considerável de trabalhadores com mais de 60 anos, com experiência, sendo uma mais valia para o Município, com conhecimento e capacidade, conhecedores do nosso território e, naturalmente, se encontra a poucos anos de se aposentarem. Referiu que o preocupa a questão de quem é que os substituirá por entender que se trata de um assunto que merece uma reflexão da parte de todos porquanto devemos refletir se futuramente aquela que é a capacidade de resposta do Município atualmente irá a ser a mesma num futuro próximo, salientando que foram abertos procedimentos concursais para recrutamento de trabalhadores sendo que dois destes ficaram desertos, motorista e carpinteiro, sendo este um reflexo dos tempos que correm. -----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia na sequência das últimas palavras proferidas pelo senhor Presidente referiu que efetivamente é uma preocupação não pelo facto da não existência de pessoas para preencher as vagas em questão, mas sim de pessoas que possam escolher o concelho para residir, sendo esse o verdadeiro motivo que merece uma reflexão para que se inverta a falta de população no concelho, questionando como o fazer, pelo que se devem tomar alguns procedimentos para atrair novos habitantes. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com nove votos a favor, da bancada do PSD e dez abstenções, das bancadas do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis e do PS, aprovar o Mapa de Pessoal/Ano de 2024.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA FIXAÇÃO DAS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO/ANO 2024/PROPOSTA** – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de novembro de dois mil e vinte e três, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que apenas desejava prestar um esclarecimento quando o senhor Presidente referiu que a própria utilizou a palavra “abandonado” na sua intervenção, o que corresponde à verdade, porém utilizou esta expressão citando apenas a frase escrita na caixa de lápis oferecida pelo PSD em campanha eleitoral, ou seja, *“Era uma vez um concelho que esteve abandonado mais de três décadas, agora os teus papás vão ser uns heróis vão ajudar a salvá-lo”*, sendo única e simplesmente nesta citação que utilizou a palavra abandonado.-----

-----Sobre o assunto em análise referiu que, tal como o referiu no passado ano, este ano irá novamente repetir-se, i.e., a proposta em apreço resulta da legislação em vigor, entendendo que a mesma deveria ir mais longe, ser mais específica e, principalmente, no que respeita à União de Freguesias, são duas freguesias agregadas, e, infelizmente, desde dessa agregação, o apoio da Câmara Municipal é igual ao das restantes freguesias, quando presentemente o território tem uma maior dimensão, por se tratarem de duas freguesias agregadas numa só, pelo que essa situação deveria ser salvaguardada. Referiu que se é intenção a transferência de um apoio de 10.000,00€ para as freguesias concelhias, obviamente que para União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal o montante a transferir deveria ser 20.000,00€ pelo facto de serem duas freguesias que se encontram agregadas numa só, fruto da legislação. Reiterou as suas palavras que a proposta apresentada deveria ser muito mais específica porquanto na realidade é muito genérica.-----

-----O senhor Presidente referiu que a Câmara Municipal é sensível às dificuldades com que se deparam as freguesias pelo que foi o valor a atribuir duplicado e até à data, os membros da Assembleia Municipal ainda não tinham feito referência a este facto, a não ser um membro da bancada do PSD. Efetivamente a proposta apresentada decorre da legislação, porém tal como o mencionou em sede do Executivo, também o irá fazer agora, referiu que o Município tem estado disponível para colaborar com todas as freguesias sendo os senhores Presidentes de Junta testemunhas desse mesmo facto, ou seja, do trabalho que tem vindo a ser realizado e, sempre que há uma solicitação, são realizadas as intervenções reportadas, sendo essa a posição que irá ser sempre tomada.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura referiu que é do conhecimento de todos a vital importância das Juntas de Freguesia em concelhos como o de Góis devido à sua proximidade com as populações na sua área territorial, sendo também do conhecimento de todos que a presente proposta decorre dos normativos legais. No entanto, referiu ser seu entendimento que a mesma deveria ter uma reflexão mais aprofundada pela controvérsia que tem para as freguesias e, naturalmente, que também partilha das preocupações dos Executivos das Freguesias e da Câmara Municipal face aos

limites orçamentais que dispõe para atribuição de apoios a estas autarquias. -----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus iniciou a sua intervenção referindo estar perante um documento que é muito ingrato para a sua pessoa. Referiu que desde o ano de 2013 que luta pela delegação de competências, sendo importante o esclarecimento do seguinte, a Lei nº75/2013 dá a possibilidade de delegação de competências nas freguesias, sendo a Câmara Municipal a transferir um montante para as freguesias. A Lei nº50/2018 vai ainda mais longe, através de autos de transferência, sendo que até junho a Câmara Municipal comunica à DGAL e, posteriormente, a verba é transferida diretamente do O.E. para as freguesias. Acrescentou que ambos os processos são negociáveis com as freguesias tendo de ser cumpridas as normas legais para que se possam concretizar essas situações. Sobre transferência de apoios às freguesias, referiu que no ano de 2013 o Município não apoiou com qualquer montante a freguesia do Colmeal, tendo por sua vez dado um reforço de dez mil euros à freguesia do Cadafaz quando essa mesma freguesia já estaria extinta, salientando que o atual Executivo não tem qualquer responsabilidade nesse mesmo ato, tendo apenas falado neste assunto para nos apercebamos qual a relação entre o Município e a Junta de Freguesia. Posteriormente à agregação das duas freguesias, Cadafaz e Colmeal, União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal, o montante atribuído foi unicamente de cinco mil euros, o território é o mesmo, as dificuldades são maiores, sendo certo que fomos penalizados, e ainda continuamos a ser na questão da afetação de recursos humanos, pelo que espera que haja intenção da parte do Município para que estas situações se invertam. -----

-----Ainda nesta matéria informou que Município vizinho tem previsto para o ano de 2024 um investimento superior a um milhão de euros, não tendo estado à espera até junho de 2024, pelo que passou a citar: *“a Câmara Municipal mantém a sua estratégia de parceria com as juntas de freguesia do concelho concretizadas através da proposta da delegação de competências municipais nas quatro juntas de freguesia do concelho, bem como dos contratos administrativos. Este investimento de mais de um milhão de euros tem como objetivo melhorar continuamente as políticas de proximidade ao cidadão. E, no âmbito do trabalho em parceria de articulação entre as instituições e da delegação de competências estão previstas várias tarefas, tais como, a limpeza de vias e espaços públicos, gestão e manutenção dos espaços verdes, pequenas obras e intervenções de manutenção dos equipamentos escolares. Ainda neste âmbito é importante realçar que além do apoio financeiro são cedidos equipamentos e viaturas para a concretização dos objetivos contratualizados, nomeadamente, a manutenção de caminhos florestais.”* Referiu para que tudo isto se concretize terá que haver vontade

de ambas as partes, do Município e da Freguesia, considerando que já passou tempo suficiente para que a competência de transferências se concretize, porquanto já faz dois anos que anda a solicitar esta delegação de competências, não sendo uma imposição da sua parte, mas sim há lugar a uma negociação, tal como afirmou junto do senhor Presidente que não deseja valores semelhantes aos que outros municípios praticam com as freguesias dos seus territórios. Acrescentou que é conhecedor da boa vontade por parte do Município de celebrar a transferência de competências, porém entende que não há necessidade de se esperar até junho de 2024 para que as mesmas se efetivem, estando disponível para reunir para que estas se venham a concretizar a curto prazo. Quanto ao montante a atribuir no ano de 2024 às freguesias referiu ser importante o aumento patente no documento, contudo referiu que para a União de Freguesias não houve qualquer tipo de acréscimo ao valor apenas foi reposta uma injustiça, que remonta ao ano de 2013. Acrescentou que a União de Freguesias também tem estado sempre disponível a colaborar com a Câmara Municipal sempre que nos é solicitado, posição que continuará a tomar por entender que é numa ótica cooperativa que devemos trabalhar. Reiterou as suas palavras relativas à disponibilidade de assumir a delegação e competências, salientando que não poderá continuar a estar sozinho neste processo. -----

-----O senhor Presidente referiu que, caso estivesse a seguir a transmissão da sessão da Assembleia Municipal, como outras pessoas o estão a fazer, ficaria com a ideia que o Presidente da Câmara Municipal não tem qualquer tipo de vontade de delegar a transferência de competências, ou até mesmo celebrar um contrato-programa, nem de colaborar com a União de Freguesias, facto que não corresponde à verdade. Acrescentou que a forma como o senhor Presidente da União de Freguesias aborda o assunto dá a ideia que o Município não deseja resolver a situação, reafirmando que o senhor Carlos da Conceição Jesus tem conhecimento do que se passa, ou seja, havia uma divergência de interpretação pelo que foi solicitado parecer, o qual somente foi entregue no passado mês de outubro, tendo informado que a partir do mês de janeiro de 2024 o assunto seria resolvido. Referiu que por ser sensível às dificuldades com se confronta a Freguesia a Câmara Municipal duplicou o valor a apoiar por haver essa mesma possibilidade, acrescentando a esse facto que a limpeza das faixas de gestão na União de Freguesias acarreta a disponibilidade de mais de 200.000,00€, pelo que tem sido posição do Município colaborar com a freguesia, posição essa que irá ser contínua e, certamente, se houver vontade de ambas as partes chegaremos a um consenso. Para que a delegação de competências se concretize referiu nunca ter afirmado que teria que se esperar até junho de 2024, mas sim que deve ser reportado à DGAL esse mesmo facto até ao mês de junho. -----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que na sequência da intervenção do senhor Presidente iria proferir uma frase patente na declaração de voto do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis ao presente assunto: *“Apesar do reforço das dotações financeiras para as freguesias ser um sinal positivo, não nos passou em claro esse reforço de apoio às freguesias.”*-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com doze votos a favor e sete abstenções, aprovar a Fixação das Formas de Apoio às Freguesias do Concelho/Ano 2024.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão, em nome da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis apresentou a seguinte declaração de voto: *“Abstemo-nos por considerarmos que esta proposta de apoio às freguesias do concelho não é mais que a transcrição fiel do diploma legal. O que se pretendia é que estes apoios às freguesias fossem plasmados nesta proposta de forma concreta e objetiva, nomeadamente, através de contratos-programa.”*-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus apresentou a seguinte declaração de voto: *“A minha declaração de voto não se prende, e nem se confunde com o processo, a minha situação era de ver objetivos concretos, sendo este documento em termos de objetivos muito vago. Nós estamos à espera, há muito tempo, que se corrija, mais uma injustiça, para connosco, porque há juntas de freguesia que têm funcionários do Município, também percebo e ouviu do senhor Presidente, e entendo que tenha alguma dificuldade de pessoal, mas nós somos marginalizados, daí o sentido da minha votação.”* -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS - TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS - ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DO VALOR DAS TAXAS MUNICIPAIS** – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de novembro de dois mil e vinte e três, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, não proceder a qualquer atualização ordinária da Tabela de Taxas Outras Receitas Municipais, anexa ao Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais para o ano de 2024.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO - TABELA DE TAXAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO - ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DO VALOR DAS TAXAS MUNICIPAIS** – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na

reunião ordinária realizada no dia catorze de novembro de dois mil e vinte e três, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que conforme o parcelar da Ata a última atualização extraordinária ocorreu no ano de 2013. Pelo que se a atualização ordinária da Tabela de Taxas de Urbanização e Edificação tem de ser atualizada de 3 em 3 anos obrigatoriamente, questionou o que se passou até à presente data, porquanto já passaram 10 anos desde a última atualização.-----

-----O senhor Presidente referiu que presentemente não tem informação suficiente para poder esclarecer do porquê de a tabela de taxas não ter sofrido qualquer tipo de alteração nestes últimos dez anos pelo facto de estar somente em exercício de funções há dois anos. No entanto, referiu que embora pudesse haver alteração, pelo facto de nos termos apercebido que os munícipes possam ter alguma dificuldade económica, a opção foi a de não atualizar as referidas taxas, sendo que no ano de 2024 pretende-se fazer algumas alterações aos regulamentos e àquilo que é a prática atual das taxas municipais para estas situações, tendo sido proposto e deliberado por unanimidade.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu ser do seu conhecimento que o senhor Presidente da Câmara Municipal não presidia à Câmara Municipal no ano de 2013, mas no ano de 2021 já presidia ao órgão Executivo e, já tinham decorrido oito anos desde a última atualização, entendendo que estamos a incorrer em ilegalidade.-----

-----O senhor Presidente referiu não ter presente o parcelar pelo que não se recorda em que é que se fundamentou a deliberação tomada pelo que poderá ter sido uma decisão no âmbito da que foi ora tomada pelo Executivo. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal estando presente nesta sessão Técnicos do Município de Góis e também o senhor Chefe da DAG questionou o senhor Presidente se poderão prestar algum esclarecimento.-----

-----O senhor Presidente referiu que provavelmente os Técnicos do Município de Góis presentes não estarão munidos de informação para procederem aos esclarecimentos pretendidos, salientando que o documento, em anos anteriores, foi presente ao Executivo e à Assembleia Municipal nos mesmos moldes do que presentemente e nunca ninguém levantou a questão que ora de colocou. Acrescentou que o que é pretendido é que no ano de 2024 se faça uma revisão global aos regulamentos municipais e também às respetivas taxas.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o referido Regulamento obriga a que a Tabela de Taxas de Urbanização e Edificação tem de ser atualizada obrigatoriamente de 3 em 3 anos,

sendo que no Regulamento Geral de taxas e outras receitas municipais a tabela de taxas e outras receitas municipais terá que ser atualizada de 5 em 5 anos, pelo que a atualização de ambas as taxas nunca irá coincidir. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu para que a explicação sobre a questão proposta fique devidamente clarificada irá solicitar aos serviços mais informação sobre o assunto, relançando que efetivamente poderá ter havido alguma revisão ao documento, porém as taxas poderão ter sido mantidas. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com doze votos a favor e sete contra, não proceder a qualquer atualização ordinária da Tabela de Taxas de Urbanização e Edificação, anexa ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação para o ano de 2024. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou a seguinte declaração de voto: “Entendo que este documento não está devidamente informado e aquilo que interpreta do mesmo é uma ilegalidade ao Regulamento, ou seja, se a última atualização extraordinária foi realizada em 2013 e obrigatoriamente deve ser efetuada de 3 em 3 anos, ora estando em 2023, pelo menos agora teria que ser realizada a atualização.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu estranhar a senhora Presidente da Assembleia Municipal invocar uma ilegalidade desde 2013 até à data, salientando que apesar de, presentemente, não ter a certeza se houve qualquer revisão ao documento, poderá efetivamente a mesma ter ocorrido e não se ter resultado qualquer alteração, facto que, agora, não o pode confirmar. Referiu não saber até que ponto se pode invocar uma ilegalidade sem ter a certeza se se será curial.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a informação técnica é clara sobre o assunto porquanto referem que a última atualização ocorreu em 2013, pelo que a acontecer qualquer tipo de revisão ao documento deveria a informação técnica fazer menção a essa situação. Referiu ainda que a informação não está de acordo com o Regulamento pelo que não estando de acordo com o mesmo não está regular, para não utilizar o vocábulo ilegal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**6. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE 2.ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES** – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de novembro de dois mil e vinte e três, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o parcelar da ata refere a existência “de pelo menos, três processos, pendentes” questionando se são mesmo três ou se poderão ser mais.-

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a expressão poderá não ter sido a mais correta sendo que apenas são três processos.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que seja apurado quantos processos é que são na sua totalidade.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu não gostar de coisas nublosas e dúbias pelo que oportunamente informará o número correto de processos. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a 2ª alteração do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----7. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA) - ANO DE 2024 –

A senhora Presidente referiu que relativamente ao assunto em epígrafe, estabelecem o nº1 do artigo 6º (Compromissos plurianuais) da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA) e o artigo 12º (Compromissos plurianuais no âmbito do subsector local) do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, que os municípios não podem assumir compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica natureza ou valor que não tenham sido submetidos a autorização prévia da assembleia municipal, que poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP).-----

-----Neste sentido deu conhecimento do teor da legislação aplicável relativa à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA).-----

-----O disposto no artigo 22º do Decreto Lei nº 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a

aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: -----

-----a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----

-----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 €, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----O disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso (que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da assembleia municipal.-----

-----O disposto na alínea a), do nº1 do artigo 6º da LCPA que determina igual normativo para as entidades da Administração Central condicionando a decisão da assunção de compromissos plurianuais a decisão prévia conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela, salvo quando resultarem da execução de planos plurianuais legalmente aprovados.-----

-----O disposto no nº 3 do artigo 6º da LCPA prevê, que nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do nº 1 do artigo 22º da Decreto Lei nº 197/99, de 8 de junho (99.759,58 €), a Assembleia Municipal pode delegar no Presidente da Câmara essa autorização prévia.-----

-----O disposto no artigo 12º do Decreto Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto Lei nº 99/2015, de 2 de junho, que estabelece, no que respeita aos compromissos plurianuais, ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa) que os mesmos podem ser autorizados previamente pelo órgão deliberativo aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade: -----

-----1. Para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal,

delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos: -----

-----a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;

-----b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

-----2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

-----3. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todos os compromissos plurianuais a assumir durante o ano de 2024, desde que respeitadas as condições constantes dos nºs 1 e 2. -----

-----4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----**8. CONHECIMENTO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – COMUNICAÇÃO PERIÓDICA** – A senhora Presidente referiu que a Assembleia Municipal, na sessão

ordinária de 28.12.2022, deliberou, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), na redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos: Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

-----No entanto, refere ainda a referida autorização prévia genérica que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da mesma. Neste sentido, deu conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre 01.08.2023 e 30.09.2023.-----

-----Referiu ainda que por se tratar de um documento que terá que ser presente em sede de

Assembleia Municipal deveria ter sido, de igual forma, presente o mapa dos compromissos assumidos no período de 01.10.2023 a 30.11.2023, questionando se neste mesmo período não houveram compromissos que mereçam ser presentes à Assembleia Municipal.-----

-----Sobre esta questão o senhor Presidente da Câmara Municipal interpolou o Técnico da DAG que informou que efetivamente houveram mais compromissos, sendo que oportunamente o Mapa será enviado à Assembleia Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**9. CONHECIMENTO RELATÓRIO SEMESTRAL DO AUDITOR EXTERNO/SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO** – Foi presente o Relatório Semestral sobre a situação económica e financeira do Município, relativa ao 1.º semestre de 2023, apresentado pelo auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas, empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que da análise realizada ao documento apercebeu-se que a execução está um pouco debilitada por haver uma maior despesa desejando que no 2º semestre se consiga equilibrar a situação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**10. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL** – A senhora Presidente indagou, se sobre este Relatório, pretendiam os membros desta Assembleia alguns esclarecimentos, não tendo havido qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**APROVAÇÕES EM MINUTA:** -----

-----Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos um antes da Ordem do dia e um a sete da Ordem do Dia. -----

-----**PÚBLICO:** -----

-----a) O senhor João Reis Antão, freguesia de Alvares, referiu ter estado presente na reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 12.12.23, tendo tido conhecimento que se encontram a ser tomados procedimentos para a requalificação Rua do Camelinho, Cortes, bem como para a Estrada EN2 – Relva da Mó, agradecendo ao Executivo as diligências que se encontram a ser tomadas para a

melhoria destas duas vias. Relativamente a questões relativas a estratégia para o Município referiu que há vinte anos a esta data que tem apresentado algumas destas, parecendo-lhe que se encontram a surtir alguns efeitos, nomeadamente, a política de habitação, o Parque da Selada, lembrando que o projeto se iniciou com um projeto elaborado pelo extinto GAT, realçando que os munícipes mais atentos se apercebem do que se passa. Referiu que nesta sessão pôde constatar que alguns autarcas se repetem constantemente. Em termos de estratégia referiu que a EN2 necessita urgentemente de sinalética horizontal, sendo um facto que faz este percurso muitas vezes, maioritariamente na qualidade de associativista, sendo que um dia destes poder-se-á debater com alguns problemas, sendo que no dia de hoje ao deslocar-se para Góis teve que vir muito devagar devido aos pesados que circulavam nesta estrada, sendo do conhecimento de todos o perigo entre o KM 291 e o Km 301. Nesse sentido, questionou se o Executivo tomou algum tipo de procedimento concreto junto da Infraestruturas de Portugal para que este traçado venha a ser intervencionado, enfatizando o valor que se gastou num acesso ao IC8, quase tanto como o orçamento do Município de Góis, quando o Município de Góis tem um acesso ao IC8 sendo uma questão que dá que pensar, somente em termos estratégicos. Referiu que todo o acesso ao Norte do concelho de Góis, ao Norte do concelho de Pampilhosa da Serra e ao espaço contíguo ao concelho de Arganil seriam altamente beneficiados com aquela correção, merecendo esta questão uma reflexão, por ser importante, em termos estratégicos para o Município. Ainda sobre estratégia referiu a necessidade de construção de um Parque de Campismo na freguesia de Alvares, assunto conversado entre o senhor Presidente da Freguesia de Alvares e o senhor Padre Ramiro, porquanto existe um conjunto de ribeiras propícias ao lazer neste território, tendo enumerado as mesmas, mas também o rio Unhais que também pode ser usufruído. Terminou lançando o repto para que a Confraria do cabrito, da castanha e do mel possa vir a ser reativada, que a concretizar-se seria mais uma benesse para o concelho em termos económicos e de promoção do produto. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ser do seu conhecimento, através de informação prestada em fóruns em que a EN foi abordada, que as alterações ao traçado da EN2 são de difícil execução pelas características da própria estrada e o que esta representa. Referiu que o que em tempos foi projetado foi apenas uma intervenção em equipamentos. Em relação à intervenção do Município referiu que sempre que existem algumas anomalias neste percurso são de imediatamente reportadas à Infraestruturas de Portugal, tendo elencado algumas diligências tomadas junto da empresa. Em relação à implementação de um Parque de Campismo na freguesia de Alvares referiu

que nas possíveis intervenções ao abrigo do ITI, tratando-se de um período 2030, foi este projeto sinalizado, não querendo com as suas palavras dizer que será no imediato tendo em conta o período temporal (2021-2027). Quanto à Confraria referiu tratar-se de um assunto que merece ser refletido e analisado com todos os parceiros.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal desejou a todos os membros da Assembleia Municipal, Executivo, Trabalhadores da Câmara Municipal e Goienses que vivam esta época festiva com amor, harmonia, alegria e paz sendo este sentimento que desejamos para o mundo inteiro e que pode começar no seio da nossa família. E que o espírito de Natal perdure durante o ano de 2024.-----

-----Dada a palavra, a senhora Filomena Maria de Matos Geraldes, em nome da bancada do PSD, agradeceu os votos de Bom Natal retribuindo a todos os membros desta Assembleia Municipal, Executivo e Municípes, e que 2004 traga esperança e vontade de realizar a todos.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, pela senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, Primeira Secretária eleita pela Assembleia Municipal e pela senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, Segunda Secretária eleita pela Assembleia Municipal.-----

A Presidente da Assembleia Municipal

(Maria Helena Antunes Barata Moniz)

A Primeira Secretária

(Aida de Jesus Garcia Martins Baeta)

A Segunda Secretária

(Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões)